



A CULTURA AFRO-DESCENDENTE NO RECIFE NO PÓS-ABOLIÇÃO: CATIMBÓ E SUAS REPRESENTAÇÕES.

Juliana Ferreira Campos Leite¹

Resumo.

No período do pós-abolição, o termo “catimbó” já era lido pela população recifense em alguns periódicos da cidade. As notícias, geralmente, relatavam invasões de terreiros pela polícia, reclamações devido ao barulho oriundo das sessões dos terreiros e até mesmo sobre visitas de moças de famílias abastadas que recorriam ao catimbó para obter informações sobre interesses amorosos. O termo “catimbó” era utilizado para designar uma série de práticas e costumes afro-descendentes. Por falta de conhecimento sobre o assunto, a população não fazia distinção entre as práticas, tudo era considerado feitiçaria e denominado de catimbó. Este trabalho objetiva discutir as representações das práticas religiosas dos afro-descendentes em Pernambuco, práticas estas que eram denominadas genericamente de catimbós, bem como discutir as posturas discriminatórias direcionadas aos seus praticantes. Além de identificar representações culturais construídas em torno da cultura e religião afro-descendente dentro do contexto político social da cidade do Recife ao longo do período do início do século XX.

Palavras-chave: Cultura, Religião, Posturas discriminatórias.

Abstract:

In the post-abolition, the term "Catimbó" was read by the population of Recife in some periodicals of the city. The news, generally, reported invasions in the yard by the police, complaints due to the noise that was coming from the sessions of the yards and until even about the visits by young women from wealthy families who sought the Catimbó for information about love interests. The term "Catimbó" was used to designate a series of afro-descendent practices and customs. For lack of knowledge on the subject, the population did not distinguish between the practices, everything was considered witchcraft and called Catimbó. This article aims to discuss about the representations of the religious afro-descendent practices in Pernambuco, that were generally named Catimbó, as well as discuss the discriminatory attitudes directed to its practitioners. In addition to identifying cultural representations built around the afro-descendent culture and religion into the social political context of Recife during the period of the early twentieth century.

Keywords: culture, religion, discriminatory attitudes.

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Pernambuco; e-mail: julie.campos@hotmail.com



INTRODUÇÃO:

O Recife do pós-abolição tem como parte de sua composição cultural e social aspectos da tradição africana. A “negritude” estava presente na cor da pele dos afro-descendentes, no toque do maracatu que animava as festas de Momo e nos feitos dos terreiros dos chamados catimbós. E dificilmente seria diferente. Durante a colonização portuguesa no Brasil, a mão-de-obra predominante em Pernambuco era de escravos de tez negra vindos do continente africano. Junto com eles vieram seus costumes e crenças.

O período estudado perpassa os anos imediatamente posteriores à proclamação da República. Tratava-se de uma época bastante peculiar da história nacional. Havia um sentimento de renovação na população. A Europa cada vez mais era tida como centro do mundo. Região onde se originou o desenvolvimento capitalista, considerado foco irradiador de cultura, ciência e progresso econômico. Como pode ser verificado no Recife com a reforma urbana que ocorre no início do século XX, o desejo da população branca, letrada e elitista, além de modernizar e embelezar a cidade, era europeizá-la em todos os sentidos da palavra. Europeizar ruas, avenidas, sobrados, a cultura, a ciência. Desejava-se varrer a negritude tão arraigada na população. Era preciso civilizar a sociedade nos moldes europeus, hierarquicamente superiores.

A elite não tinha conhecimento do funcionamento da cultura negra, seus símbolos, seus deuses, seus templos. Não havia um estudo sistemático sobre o tema. Tudo era considerado feitiçaria. Não se conseguia ou não se se importava em fazer distinção entre as várias representações religiosas de origem afro. No início do século XX, a expressão “catimbó” era utilizada para vários significados como baixa-magia, baixo espiritismo. A tradição da religião africana, muitas vezes, era vista como superstições praticadas pela população de baixa renda. Exemplo disso pode ser facilmente verificado nos jornais do período da pós-abolição, como o *Jornal Pequeno*, revelando grande preocupação com a necessidade de higienização das “classes populares” como forma de erradicar da sociedade recifense essas práticas consideradas incivilizadas, destoando da ideia de progresso que era proposta pela república. Médicos, higienistas, escritores e jornalistas passaram a concentrar suas atividades no combate ao exercício do catimbó, pois o mesmo era visto como algo extremamente negativo para a imagem do Recife.



REPRESENTAÇÕES DAS PRÁTICAS RELIGIOSAS DOS AFRO-DESCENDENTES EM PERNAMBUCO

O termo “catimbó” era utilizado para designar as práticas religiosas dos negros em Pernambuco. Essa expressão era utilizada, geralmente, para indicar as religiões que em suas sessões ocorressem à possessão espiritual. Dessa forma, várias religiões afro eram facilmente identificadas como catimbó, isso tornava complexo realizar distinções entre tais religiões. No livro *“Tradições e Traduções”* Isabel Guillen e Ivaldo França possuem um capítulo dedicado ao Catimbó-Jurema. Nele, os autores analisam o Catimbó-Jurema como religião e sua importância no aspecto social, importância da qual está intimamente ligada ao apoio recebido pela comunidade residente na localidade do terreiro.

Os terreiros eram freqüentados por motivos diferentes. Uns buscava consolo para seu sofrimento na religião, outros cura para alguma enfermidade, tinha aqueles que desejavam reconquistar a pessoa amada ou simplesmente afastar um pretendente de perto do seu cônjuge. No catimbó-jurema as cerimônias são comumente chamadas de “Gira”, as sessões são entoadas por batuques de tambores. Os integrantes da gira compunham uma roda, onde passavam a tocar e dançar para as entidades aguardando que as mesmas “baixassem”. As pessoas lá ficavam maravilhadas esperando que fosse dada a resposta ou o conselho tão desejado.

POSTURAS DISCRIMINATÓRIAS DIRECIONADAS AOS PRATICANTES DO CATIMBÓ.

Nos anos compreendidos entre 1890 e 1920, pouco se sabia sobre as práticas dos tidos catimbós. Candomblé, xangô: tudo considerado feitiçaria, catimbó. A falta de informação sobre as tradições negras gerava preconceito, discriminação e por fim a perseguição. A sociedade enxergava no catimbó, além de práticas supersticiosas, uma possibilidade para oportunistas se aproveitarem da “boa fé” dos desavisados.

A repressão contra as práticas do catimbó torna-se oficializada e conseqüentemente mais efetiva, conforme mostra Emerson Giumbelli em seu artigo *“O Baixo Espiritismo e a História dos Cultos Mediúnicos”*, no ano de 1890 com decreto do 1º código penal



republicano. Nessa legislação, a prática do espiritismo foi incluída como crime contra saúde pública, exercício ilegal da medicina e curandeirismo.

O artigo do Código Penal 157, a respeito das práticas de espiritismo enquanto crime:

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica: (BRAZIL, 1890)

Sendo um crime, ao ser cometido devia-se pagar uma pena. Essa pena poderia ser aplicada em forma de multa ou prisão do indivíduo.

A repressão e a condenação aos catimbozeiros a partir desse decreto passaram a ser respaldadas por aparatos policiais e judiciais, o que possibilitou a abertura de vários processos com tais acusações. Existia um desejo do Estado e de parte da sociedade de uma “limpeza cultural” que visava à eliminação da cultura negra, tida como inferior e incivilizada, desejando-se em seu lugar a formação de uma cultura voltada aos moldes europeus hierarquicamente superiores. Logo, desejava-se uma “limpeza da raça”. Discurso este que representava o conflito cultural existente e a grande ameaça aos costumes e práticas culturais da população pobre e negra, que por sua vez resistia às interferências do Estado – que se utilizava da imprensa como meio desmoralizador do catimbó, utilizando de matérias tendenciosas e pejorativas sobre o mesmo, e a polícia como força repressora – preservando e mantendo sua cultura e suas tradições, principalmente no que diz respeito a sua religião.

Isabel Guillen no seu livro “*Tradições e Traduções*” discute as perseguições realizadas aos terreiros durante a década de 1920, ela afirma serem uma perseguição indistinta e aleatória. Todos os terreiros estavam sujeitos a serem invadidos pela polícia, fechados e ter apreendidos seus objetos. Essas informações eram largamente publicadas nos jornais da época de forma jocosa e até galhofeira. Essas atitudes discriminatórias contra os catimbozeiros tiveram um impacto muito grande dentro dos terreiros, pois era através deles que muitos indivíduos recebiam assistência espiritual ou médica, através de receitas e poções a base de ervas, que eram utilizadas como uma forma alternativa uma vez que os medicamentos eram um produto de cara aquisição e extremamente importante para grande parcela da população pobre.

Com as perseguições a esses locais, a prestação desse tipo de apoio àqueles que os recorriam ficou cada vez mais difícil de ser realizada. Em “*Cultura Afro-descendente no Recife: Maracatus, Catimbós e Valentes*” Ivaldo França e Isabel Guillen (In GUILLEN,



2007) apontam esse recurso dos terreiros como um dos objetos de preocupação dos médicos e sanitaristas. Os autores discutem sobre a importância do médico Dr. Ulisses Guimarães para a constituição de um campo de saber direcionado a um estudo mais efetivo das denominadas “seitas africanas” ou catimbó como religiões dignas de estudo. A partir de 1930 com a criação da instituição do Serviço de Higiene Mental (SHM), passou-se a fazer uma distinção das seitas verdadeiramente africanas, consideradas religião, daqueles grupos que supostamente objetivavam a exploração dos frequentadores. Os pais de santos, responsáveis pelos terreiros, passaram a ter que se submeter a um teste de *higiene mental* para obter a licença de funcionamento do terreiro. Só era permitido o funcionamento de centros espíritas e seitas verdadeiramente africanas que possuísem tal autorização.

REPRESENTAÇÕES CULTURAIS CONSTRUÍDAS EM TORNO DA CULTURA E RELIGIÃO AFRO-DESCENDENTE.

Em Pernambuco existem várias práticas e representações que se desenvolveram em torno das heranças culturais deixadas pela escravidão. Ivaldo França em “*Maracatus-nação: Ressignificando velhas histórias*” discute sobre as ressignificações sofridas por essa herança:

Não podemos aceitar a ideia de que a religião e a cultura afro-descendente são resultado de uma mera transposição da África para o Brasil, sobretudo se pensarmos que a herança dos povos africanos que para aqui vieram foram submetidas às diversas situações e contextos, que proporcionaram o clima para mudanças e releituras das tradições trazidas para o Brasil pelos escravos. (LIMA. Ivaldo, 2005: 91)

Logo, pode-se partir do pressuposto que tanto o maracatu, o Catimbó-Jurema e outras representações culturais de origem afro tiveram seus significados originais modificados pelo contexto histórico e pelo contato com as tradições locais. É bastante improvável uma cultura manter-se inalterada tendo contato com outras culturas e sofrendo influências de fatores externos. Essa ressignificação abordada pelo autor explica a variedade de religiões, muitas mescladas às tradições dos índios e cristãos. O Xangô Ortodoxo e a Jurema são exemplos dessa afirmação.

As tradições africanas também são facilmente identificáveis no carnaval da cidade do Recife. Sagrado e profano se misturam durante os festejos de Momo, nos quais muitas

agregiações carnavalescas sofreram influências diretas das religiões afro: o Maracatu de Baque Virado, por exemplo, em suas apresentações se utiliza de algumas características reconhecidas nos Xangôs; clubes tradicionais de frevo e o candomblé, Dona Santa – juremeira – dirigia o Maracatu Elefante. Manuel Costa ressalta:

70% das agregiações carnavalescas dependeram e dependem ainda do Candomblé e da sua magia. Ainda hoje muitas delas não têm coragem de sair às ruas sem antes preparar seus participantes com limpeza de pintos e defumadores. [...] Em número bastante razoáveis, quase todas as agregiações foram fundadas ou são dirigidas por Pai, Mãe ou Filhos de Santo. [...] a troça Secreta era uma troça que foi fundada por membros de duas famílias africanas: Pai Adão e Antônio Nepomuceno (Apari) [...] O Clube das Pás, tem como presidente perpétua, Maria do Carmo Ferraz, juremeira e Mãe de Santo residente em Campo Grande. [...] o Clube Vassourinhas, fundado pelo povo de Candomblé, ainda hoje traz em seus cordões 90% de filhos-de-santo. [...] o Maracatu Elefante era comandado por Maria Júlia do Nascimento (Dona Santa), velha juremeira, neta de africanos. [...] o bloco Madeira do Rosarinho é uma agregiação esperada com grande ansiedade entre o povo de Candomblé, era o bloco, do qual João Romão era conselheiro, juntamente com os irmãos e alguns amigos de infância (COSTA apud SANTOS, 2010).



Gravura ilustrando o Maracatu Elefante. Fonte:
http://www.galeriaaberta.com/militao_santos/slides/Maracatu%20Elefante.html



Dessa forma, os festejos do carnaval se transformavam numa extensão do terreiro e serviam como um meio de expor ao público essa cultura que nascia no subúrbio, dentro dos terreiros, e que era freqüentemente marginalizada pela sociedade. A cidade se transforma durante os festejos de Momo, as ruas se tornam palco a céu aberto do espetáculo comandado pelos caboclinhos, clubes, maracatus e troças. É nesse contexto que se torna possível a inserção da tradição negra, sua cultura, sua religião na sociedade através de manifestações artísticas como as que ocorrem nas festas de Momo. A população segue nas ruas ao som da batida do maracatu sem preocupar-se com qual religião aquele movimento está ligado, no qual muitas vezes não tem-se consciência de um vetor religioso em tais manifestações. (SANTOS, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A cultura negra foi discriminada pela sociedade branca elitista e pelo Estado que estava voltado aos interesses dessa elite e encontrava-se ávido por uma ruptura com um passado tão recente, o período do império. Havia uma necessidade de “limpeza” urbana e racial. Desejava-se constituir uma cidade e uma sociedade nos moldes europeus. O Recife anterior à república era tido como incivilizado e atrasado tanto culturalmente quanto cientificamente. Para este cenário ser modificado, de acordo com a elite, tais transformações estruturais e sociais tinham efetivamente que ser realizadas. Erradicar a cultura negra parecia ser um dos principais “trampolins” para se alcançar a sonhada europeização do Recife. Porém, a cultura de influência africana, há vários séculos presentes na cidade, encontrava-se tão arraigado na população negra, herdeira dessa tradição, que mesmo após anos de repressão e preconceito, conseguiu se manter, mas com um novo significado como afirma Ivaldo França.

Politicamente, os terreiros ganharam adeptos como forma de alternativa social, considerando-se que o Estado provinha a essa parcela da população (negra e pobre), marginalizada, de necessidades básicas como saúde, educação e lazer. Era uma forma resistência e até mesmo de sobrevivência numa sociedade extremamente preconceituosa e elitista, que associavam a essas representações culturais com feitiçaria, superstição, folclore, “negrices”.



REFERÊNCIAS:

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Cultura afro-descendente no Recife: maracatus, valentes e catimbós / Ivaldo Marciano de França Lima, Isabel Cristina Martins Guillen. – Recife: Bagaço, 2007.

LIMA, Ivaldo Marciano de França; GUILLEN, Isabel Cristina Martins. “Jurema Sagrada: uma religião que cura, consola e diverte”. In: **Traduções e Traduções**: a cultura imaterial em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Maracatus-nação: ressignificando velhas histórias. Recife: Bagaço, 2005.

SANTOS, Mário Ribeiro. Festeiros e Devotos: perseguição e repressão na batalha da construção do corpo submisso. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=118>. Acesso em: 02 nov.2010.

GIUMBELLI, Emerson. O “baixo espiritismo” e a história dos cultos mediúnicos. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 247-281, julho de 2003.